



PC-SP
Escrivão de Polícia de 3ª classe

NOÇÕES DE DIREITO

Constituição Federal: artigos 1.º a 17, 37 a 41, 144, 194 a 232	1
Direitos e Garantias Fundamentais; Evolução; Características; Aplicabilidade	51
Direitos Humanos; Cidadania; Declaração Universal dos Direitos Humanos	56
Convenções e Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos	64
Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	65
Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	81
Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)	89
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	110
Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher “Convenção de Belém do Pará”	120
Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.....	125
Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	135
Estatuto de Roma.....	145
Grupos vulneráveis e minorias.....	210
Diversidade étnico- -racial: história, preconceito, discriminação, racismo, igualdade, políticas públicas, ações afirmativas; Identidade de gênero, homofobia, transfobia, transgêneros, travestis	211
Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância	212
Código Penal; Da aplicação da lei penal: artigos 1º a 12.....	218
Do crime: artigos 13 a 25	226
Concurso de Pessoas: artigos 29 a 31.....	242
Concurso de Crimes: artigos 69 a 71	245
Dos Crimes contra a Vida: artigos 121 a 128.....	246
Das Lesões Corporais: artigo 129.....	251
Dos Crimes contra a Honra: artigos 138 a 145.....	253
Dos Crimes contra a Liberdade Individual: artigos 146 a 149.....	256
Dos Crimes contra a Inviolabilidade do Domicílio: artigo 150	258

SUMÁRIO



Dos Crimes contra o Patrimônio: artigos 155 a 183.....	259
Dos Crimes contra a Dignidade Sexual: artigos 213 a 234-B	268
Dos Crimes contra a Saúde Pública: artigos 267 a 285.....	278
Dos Crimes contra a Paz Pública: artigos 286 a 288-A.....	281
Dos Crimes contra a Fé Pública: artigos 289 a 311	282
Dos Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral: artigos 312 a 327.....	288
Dos Crimes Praticados por Particular contra a Administração em Geral: artigos 328 a 334-A	296
Dos Crimes contra a Administração da Justiça: artigos 338 a 359	298
Dos Crimes contra o Estado Democrático de Direito: artigos 359-I a 359-T.....	301
código de Processo Penal: Juiz das Garantias: artigos 3º-A a 3º-F.....	303
Do Inquérito Policial: artigos 4º a 23	306
Da Ação Penal: artigos 24 a 62	310
Da Restituição de Coisas Apreendidas: artigos 118 a 124.....	316
Das Provas: artigos 155 a 250	317
Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória: artigos 282 a 350	335
Legislação Especial; Decreto-Lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais).....	349
Lei nº 7.716/1989 (Crimes de Preconceito Racial).....	356
Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente): artigos 2º, 171 a 178, 225 a 244-B	359
Lei nº 8.072/1990 (Crimes Hediondos)	364
Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa): artigos 1º ao 13.....	367
Lei nº 9.099/95: artigos 60 a 76, 88 a 92.....	374
Lei nº 9.455/1997 (Tortura).....	377
Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro): artigos 291 a 312-B	378
Lei nº 9.605/1998 (Lei do Meio Ambiente): artigos 25, 32, 42 e 65.....	382
Lei nº 9.807/1998 (Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas)	383
Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): artigos 93 a 109	387
Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento): artigos 12 a 21	389
Lei nº 11.340/2006 (Lei “Maria da Penha”): artigos 1.º a 22, 24, 24-A e 41	391
Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas): artigos 27 a 64.....	399
Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência): artigos 88 a 91.....	410
Lei nº 13.431/2017 (Escuta Especializada e Depoimento Especial).....	411
Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade).....	418
Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo: Lei Complementar nº 207/1979.....	424
LEI COMPLEMENTAR Nº 922, DE 02 DE JULHO DE 2002	458
LEI COMPLEMENTAR Nº 1.151, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011	466
Lei 14.344/2022 (Lei Henry Borel).....	477

SUMÁRIO



Lei nº 14.540/2023 (Institui o Programa de Prevenção ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual, Distrital e Municipal).....	487
Lei nº 14.541/2023 (Dispõe sobre a Criação e o Funcionamento Ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher).....	489
Direito Administrativo; Dos princípios da Administração Pública; Da Administração Pública Direta e Indireta.....	489
Dos poderes administrativos.....	496
Atos administrativos; Serviços e bens Públicos.....	507
Responsabilidade Civil do Estado.....	525
Controle da Administração.....	532
Exercícios.....	539
Gabarito.....	556

NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

Conceito, método, objeto e finalidade da Criminologia.....	1
Criminologia do Consenso e do Conflito.....	3
Vitimologia, Vitimização e Vitimodogmática.....	5
Criminalidade de Massa, Moderna e Organizada.....	11
Nova Criminologia.....	12
Criminologia Feminista. Criminologia Queer.....	12
Criminologia Cultural.....	15
Criminologia Ambiental.....	16
Criminologia Racial.....	17
Criminologia Clínica.....	17
Modelos de Prevenção e Reação ao Fenômeno Criminal.....	18
Exercícios.....	19
Gabarito.....	22

NOÇÕES DE LÓGICA

Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios;.Estruturas lógicas.....	1
dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura dessas relações. lógica de argumentação.	5
Identificação das regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição;.....	15
Exercícios.....	17
Gabarito.....	24

SUMÁRIO



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Sistema operacional: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, digitalização de arquivos, interação com o conjunto de aplicativos para escritório, sistemas operacionais de dispositivos móveis ou portáteis	1
Editor de texto: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto	37
Editor de planilha eletrônica: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, aplicação de filtros, classificação de dados.	47
Mensageria eletrônica: conceito e utilização.....	54
Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.	55
aplicativos de comunicação por mensagens em dispositivos móveis ou portáteis.	58
Voz sobre IP: conceito e utilização.	59
Softwares e aplicativos de comunicação por voz, áudio ou vídeo (videochamadas e videoconferências).	64
Redes: conceitos, navegadores para computadores e dispositivos móveis ou portáteis, CONCEITOS DE internet e intranet, conceitos de URL, links, SÍTIOS ELETRÔNICOS (sites), busca e impressão de páginas, proteção e segurança, configurações	83
Redes sociais	99
SISTEMAS DE busca e pesquisa	103
Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).....	106
Deepweb e Darkweb	109
Hardware: Microcomputadores e periféricos: configuração básica e componentes; Impressoras: classificação e noções gerais; dispositivos de armazenamento externo: conceito, classificação e noções gerais.	112
dispositivos móveis ou portáteis: smartphones e tablets.	117
Softwares maliciosos: malware, ransomware, vírus, phishing; spam	118
Engenharia social.....	122
Segurança da informação: mecanismos de segurança de redes, computadores, dispositivos móveis ou portáteis, autenticações em duas etapas, proteção de dados pessoais.	125
Ambiente em rede: conceitos, navegadores, navegação internet e intranet, conceitos de URL, links, endereços eletrônicos (sites), busca e impressão de páginas, redes sociais, sistemas de busca e pesquisa, proteção e segurança, configurações, armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).	133

SUMÁRIO

Crimes virtuais e cibersegurança: Deepweb e Darkweb.....	133
Provas digitais.....	133
Criptomoedas.....	134
Exercícios.....	134
Gabarito.....	140

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários, não literários e mistos).	1
Ortografia.....	8
Acentuação.....	10
Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.....	12
Pontuação.....	13
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, ad- vérbio, preposição e conjunção e interjeição, emprego e sentido que imprimem às relações que se estabelecem.....	18
Emprego de tempos e modos verbais.....	30
Frases e tipos de frases. Oração: termos essenciais da oração, termos integrantes da oração, termos acessórios da oração, coordenação e subordinação.....	33
Concordância verbal e nominal.....	38
Regência verbal e nominal.....	40
Colocação pronominal.....	42
Semântica.....	44
Crase.....	44
Análise morfossintática.....	46
Vícios de linguagem.....	46
Figuras de linguagem: metáfora, comparação, pleonismo, catacrese, onomatopeia.....	48
Questões mescladas de gramática e interpretação de textos.....	53
Coerência e Coesão (anáfora, catáfora, uso de conectores e conjunções).....	53
Voz Passiva e Ativa.....	55
Exercícios.....	57
Gabarito.....	72

SUMÁRIO



Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:



Ciência do ser que se dedica de forma **interdisciplinar** e mediante análise das experiências humanas, de forma predominantemente **empírica**, portanto esta ciência se reporta ao **estudo do delito** como fenômeno social, dos processos de elaboração das leis, das várias formas de **delinquência** e das relações sociais do crime, passando pelas causas da criminalidade, pela posição da vítima, e percorrendo os sistemas de justiça criminal e as inúmeras formas de **controle social**. (castro, 2015)

A criminologia é uma ciência social, filiada à Sociologia, e não uma ciência social independente, desorientada. Em relação ao seu objeto — a criminalidade — a criminologia é ciência geral porque cuida dela de um modo geral. Em relação a sua posição, a Criminologia é uma ciência particular, porque, no seio da Sociologia e sob sua égide, trata, particularmente, da criminalidade.

Na concepção de Newton Fernandes e Valter Fernandes, criminologia é o “tratado do Crime”.

A interdisciplinaridade da criminologia é histórica, bastando, para demonstrar isso, dizer que seus fundadores foram um médico (Cesare Lombroso), um jurista sociólogo (Enrico Ferri) e um magistrado (Raffaele Garofalo).

Assim, além de outras, sempre continuam existindo as três correntes: a **clínica**, a **sociológica** e a **jurídica**, que, ao nosso ver, antes de buscarem soluções isoladas, devem caminhar unidas e interrelacionadas.

A **criminologia radical** busca esclarecer a relação crime/formação econômico-social, tendo como conceitos fundamentais relações de produção e as questões de poder econômico e político. Já a criminologia da reação social é definida como uma atividade intelectual que estuda os processos de criação das normas penais e das normas sociais que estão relacionados com o comportamento desviante.

O campo de interesse da **criminologia organizacional** compreende os fenômenos de formação de leis, o da infração às mesmas e os da reação às violações das leis. A **criminologia clínica** destina-se ao estudo dos casos particulares com o fim de estabelecer diagnósticos e prognósticos de tratamento, numa identificação entre a delinquência e a doença. Aliás, a própria denominação já nos dá ideia de relação médico-paciente.

A criminologia estuda:

- 1 - As causas da criminalidade e da periculosidade preparatória da criminalidade;
- 2 - As manifestações e os efeitos da criminalidade e da periculosidade preparatória da criminalidade e,
- 3 - A política a opor, assistencialmente, à etiologia da criminalidade e da periculosidade preparatória da criminalidade, suas manifestações e seus efeitos.

Conceitos criminológicos introdutórios importantes para serem guardados:

Alteridade: é a ideia de que o indivíduo depende do outro, da sociedade para a satisfação plena de suas potencialidades. A velocidade e a pressa cotidiana vêm minando a solidariedade e a alteridade, substituindo tais conceitos para uma ideia de sobrevivência e sucesso.

Socialização Primária: é a fase como momento inicial em que a criança aprende os rudimentos de linguagem, a comunicação, a moral e os limites na família. Falhas nesse primeiro processo acarretam problemas na fase subsequente de socialização secundária.

Socialização Secundária: são as lições sociais adquiridas no âmbito da escola, grupo de amigos, ambiente de trabalho, etc.



Noções de Lógica

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve afirmar algo, acompanhado de um verbo (é, fez, não notou e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase **não é uma proposição**.

Há também o caso de certas frases que podem ser ou não proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N, caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de sentenças abertas, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, ...)

Seja a proposição p: Carlos é professor

Uma outra proposição q: A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

\wedge : e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever $p \wedge q$.

v: ou (um ou outro) ou disjunção

$p \vee q$: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$: “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

$p \dot{\vee} q$: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

\neg ou \sim : negação

$\sim p$: Carlos não é professor

\rightarrow : implicação ou condicional (se... então...)

$p \rightarrow q$: Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real



WINDOWS 7

O Windows 7 é um dos sistemas operacionais mais populares desenvolvido pela Microsoft¹.

Visualmente o Windows 7 é semelhante ao seu antecessor, o Windows Vista, porém a interface é muito mais rica e intuitiva.

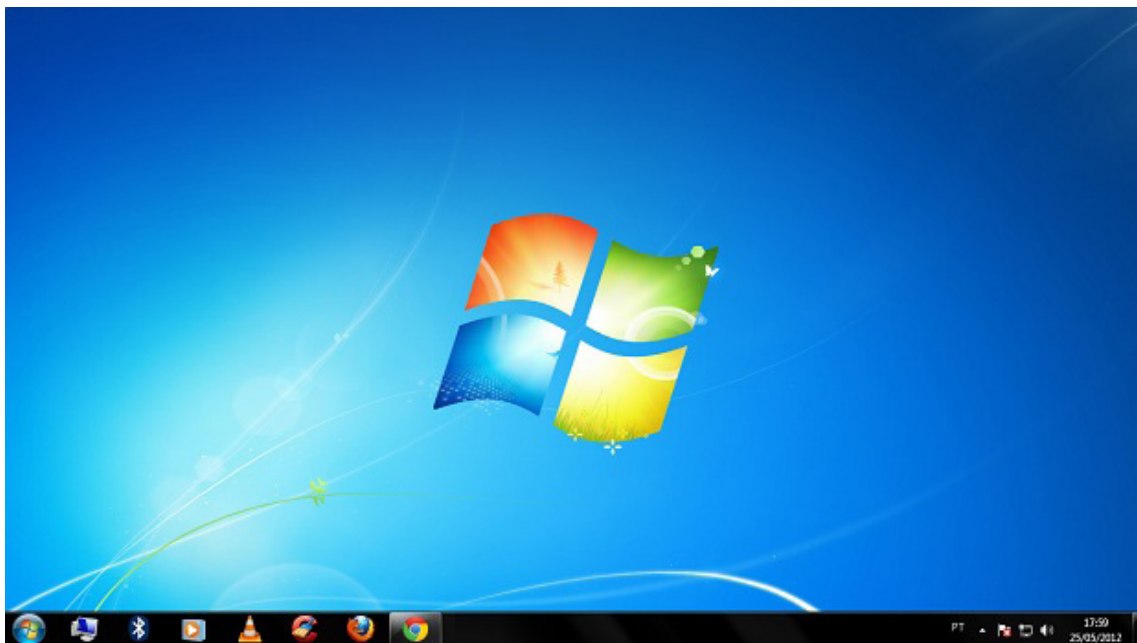
É Sistema Operacional multitarefa e para múltiplos usuários. O novo sistema operacional da Microsoft trouxe, além dos recursos do Windows 7, muitos recursos que tornam a utilização do computador mais amigável.

Algumas características não mudam, inclusive porque os elementos que constroem a interface são os mesmos.

Edições do Windows 7

- Windows 7 Starter;
- Windows 7 Home Premium;
- Windows 7 Professional;
- Windows 7 Ultimate.

Área de Trabalho



Área de Trabalho do Windows 7.2

A Área de trabalho é composta pela maior parte de sua tela, em que ficam dispostos alguns ícones. Uma das novidades do Windows 7 é a interface mais limpa, com menos ícones e maior ênfase às imagens do plano de fundo da tela. Com isso você desfruta uma área de trabalho suave. A barra de tarefas que fica na parte inferior também sofreu mudanças significativas.

1 <https://estudioaulas.com.br/img/ArquivosCurso/materialDemo/AulaDemo-4147.pdf>

2 Fonte: <https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2012/05/como-ocultar-lixreira-da-area-de-trabalho-do-windows.html>



DEFINIÇÃO GERAL

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015 Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.